ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (um) Certificado Digital e-CPF – Compra Direta por Dispensa de Licitação (Lei Federal nº 14.133/2021)

1. Identificação da Contratação

Objeto: Contratação de empresa especializada para emissão de 01 (um) Certificado Digital e-CPF, padrão ICP-Brasil, destinado à Presidente da Câmara Municipal de Tarumã/SP, Sra. Solange Aparecida Caron da Silva, para utilização em assinaturas eletrônicas, autenticação em sistemas oficiais e demais atos administrativos eletrônicos.

Modalidade: Contratação direta – Dispensa por Valor.

Fundamentação Legal:

- Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente arts. 11, 18, 72 e 75;
- Medida Provisória nº 2.200-2/2001 (Institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil);
- Normativos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI;
- Demais normas aplicáveis à certificação digital e à segurança da informação.

---

2. Objetivo da Análise de Riscos

A presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e estabelecer medidas preventivas e corretivas capazes de reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos que possam comprometer a contratação, a emissão, a utilização, a segurança e a continuidade do Certificado Digital e-CPF destinado à Presidente da Câmara Municipal de Tarumã/SP, assegurando a regular execução das atividades institucionais.

---

3. Matriz de Riscos

Risco	Probabilidade	Impacto	Nível	Medidas Preventivas	Plano de Contingência
Contratação de empresa não	Baixa	Alto	Médio	Exigir comprovação de credenciamento junto à ICP-Brasil e	Cancelar a contratação e

credenciada na ICP-Brasil				documentação de habilitação pertinente	convocar fornecedor apto
Especificação inadequada do certificado (tipo, mídia ou validade)	Baixa	Alto	Médio	Definir previamente todas as características técnicas necessárias	Solicitar substituição antes da emissão definitiva
Atraso na emissão do certificado	Média	Alto	Alto	Estabelecer prazo contratual compatível com a necessidade institucional	Reagendar compromissos eletrônicos e exigir cumprimento contratual
Não comparecimento da titular para validação presencial (quando exigida)	Baixa	Médio	Baixo	Planejar previamente data e horário da validação	Reagendar imediatamente junto à Autoridade de Registro
Emissão com dados cadastrais incorretos	Baixa	Alto	Médio	Conferência documental antes da emissão	Solicitar revogação e reemissão do certificado
Certificado incompatível com sistemas utilizados pela Administração Pública	Baixa	Alto	Médio	Exigir certificado ICP-Brasil compatível com os principais sistemas governamentais	Solicitar suporte técnico ou substituição
Falha na instalação ou configuração	Média	Médio	Médio	Exigir instalação e suporte técnico quando necessário	Acionar assistência técnica da empresa contratada
Extravio, perda ou dano da mídia criptográfica (quando aplicável)	Baixa	Alto	Médio	Orientar sobre guarda segura da mídia	Revogar imediatamente o certificado e emitir novo

Comprometimento da senha (PIN) ou uso indevido do certificado	Baixa	Muito Alto	Alto	Manter senha sob sigilo exclusivo da titular e observar boas práticas de segurança da informação	Revogação imediata do certificado e emissão de novo
Expiração do certificado durante o mandato	Média	Alto	Alto	Controle interno das datas de vencimento e programação antecipada da renovação	Providenciar renovação emergencial
Indisponibilidade temporária da Autoridade Certificadora	Baixa	Médio	Baixo	Contratar empresa com estrutura consolidada e suporte adequado	Reagendar emissão ou renovação
Ausência de suporte técnico após a emissão	Baixa	Médio	Baixo	Prever atendimento técnico durante o período de vigência do certificado	Acionar canais oficiais da Autoridade Certificadora
Alterações normativas relacionadas à certificação digital	Baixa	Médio	Baixo	Acompanhamento permanente das normas do ITI e da ICP-Brasil	Adequação contratual e atualização dos procedimentos

---

4. Avaliação dos Principais Riscos

4.1 Riscos da Fase de Planejamento

Risco: Definição inadequada das especificações do certificado.

Consequência:
Aquisição de certificado incompatível com as necessidades da Câmara Municipal.

Mitigação:

- definição precisa do tipo de certificado;
- verificação dos requisitos dos sistemas utilizados;
- conferência das especificações antes da contratação.

4.2 Riscos da Seleção do Fornecedor

Risco: Contratação de empresa sem autorização para emissão de certificados ICP-Brasil.

Consequência:

- invalidação jurídica do certificado;
- impossibilidade de utilização nos sistemas oficiais;
- necessidade de nova contratação.

Mitigação:

- verificar credenciamento da Autoridade Certificadora;
- conferir regularidade fiscal e jurídica;
- exigir documentação comprobatória.

4.3 Riscos da Execução Contratual

Risco: Atraso na emissão do certificado.

Consequências:

- impossibilidade de assinatura eletrônica;
- atraso em prestações de contas;
- atraso em envio de informações aos órgãos de controle.

Mitigação:

- cronograma de emissão;
- acompanhamento da execução;
- definição de prazo contratual.

4.4 Riscos de Segurança da Informação

Risco: Uso indevido do certificado digital.

Consequências:

- assinatura de documentos por terceiros;

- comprometimento da autenticidade dos atos administrativos;
- responsabilização administrativa, civil e penal.

Mitigação:

- guarda exclusiva da senha pela titular;
- armazenamento seguro da mídia criptográfica, quando existente;
- revogação imediata em caso de suspeita de comprometimento.

4.5 Riscos Operacionais

Risco: Expiração do certificado.

Consequências:

- paralisação de assinaturas eletrônicas;
- impossibilidade de acesso aos sistemas governamentais;
- atraso em procedimentos obrigatórios.

Mitigação:

- controle interno da validade;
- renovação com antecedência mínima recomendável;
- registro do vencimento em sistema de acompanhamento.

---

5. Responsáveis pelo Gerenciamento dos Riscos

Setor Demandante

Responsável pelo planejamento da contratação, definição das especificações técnicas e acompanhamento da necessidade institucional.

Setor de Compras e Contratações

Responsável pela instrução do processo de contratação, verificação da documentação do fornecedor e fiscalização administrativa.

Fiscal do Contrato

Responsável por acompanhar a emissão, entrega e conformidade do certificado digital contratado.

Presidência da Câmara

Responsável pela validação dos dados cadastrais, utilização adequada do certificado e observância das boas práticas de segurança.

---

6. Monitoramento

O gerenciamento dos riscos deverá ocorrer durante toda a contratação, contemplando:

- conferência do credenciamento da empresa contratada;
- verificação da correta emissão do certificado;
- acompanhamento dos prazos de validade;
- controle das condições de utilização;
- monitoramento da segurança da informação;
- adoção imediata de medidas de revogação em caso de perda, comprometimento ou uso indevido.

---

7. Conclusão

A análise realizada demonstra que a contratação apresenta **baixo grau de complexidade**, envolvendo objeto amplamente padronizado e regulamentado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil). Os riscos identificados concentram-se, principalmente, na correta especificação do objeto, na escolha de fornecedor devidamente credenciado, na observância dos procedimentos de validação da identidade da titular, na proteção das credenciais de acesso e no controle da vigência do certificado.

Mediante a adoção das medidas preventivas e dos mecanismos de monitoramento descritos nesta análise, conclui-se que os riscos são **aceitáveis e plenamente gerenciáveis**, não havendo impedimentos à realização da contratação direta, desde que observadas as exigências da Lei Federal nº 14.133/2021, da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e das normas expedidas pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, garantindo-se a legalidade, a segurança da informação, a continuidade das atividades administrativas e a validade jurídica dos atos eletrônicos praticados pela Câmara Municipal de Tarumã/SP.

Tarumã/SP, 13 de agosto de 2026